

Serviço Social da Construção Civil do Estado de São Paulo - SECONCI-SP

CNPJ nº 61.687.356/0001-30

Demonstrações Financeiras

Balanco Patrimonial em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)				Demonstração do Resultado						
Ativo	Nota	2025	2024	Passivo	Nota	2025	2024	Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)		
								Nota	2025	2024
Circulante				Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa - Sem restrição	3	102.317.560	92.305.539	Fornecedores	9	96.370.751	93.184.624	Receitas operacionais		
Caixa e equivalentes de caixa - Com restrição	3	133.866.125	111.032.617	Contas a pagar	10	25.333.000	35.333.000	Receitas de serviços prestados - Sem restrição	17	121.563.605
Contas a receber	4	66.546.118	64.136.666	Obrigações trabalhistas e tributárias	11	136.533.880	126.591.619	Receitas de serviços prestados - Com restrição	17	2.131.566.551
Estoques	5	24.536.491	26.167.117	Obrigações com órgãos públicos	14	1.131.909	-	Receitas trabalhos voluntários	21	4.182.886
Adiantamentos	6	31.297.790	39.423.567	Subvenção governamental para custeio	12	46.789.246	47.683.176			
Despesas antecipadas		2.988.550	1.863.876	Subvenção governamental para investimentos	13.1	26.520.142	18.638.427	Custos de serviços prestados	18	2.257.313.042
Total do ativo circulante		361.552.634	334.929.382	Total do passivo circulante		332.678.928	321.430.846	Resultado bruto		287.156.026
Não circulante				Não circulante				Despesas operacionais		
Depósitos judiciais	15.5	2.969.177	2.510.392	Obrigações com órgãos públicos	14	5.609.293	-	Administrativas e gerais	18	(293.431.649)
Valores a receber de terceiros		418.719	520.000	Provisão para contingências	15	15.674.828	16.494.138	Demais despesas operacionais	18	(15.877.052)
Total do realizável a longo prazo		3.387.896	3.030.392	Total do passivo não circulante		21.830.048	16.494.138	Trabalhos voluntários	21	(4.182.886)
Imobilizado líquido	7	60.956.372	50.383.814	Total do passivo		353.963.049	337.924.984	(Déficit) operacional antes do resultado financeiro		(26.335.561)
Intangível líquido	8	1.042	7.294	Patrimônio líquido				Resultado financeiro, líquido		
		60.957.414	50.391.108	Patrimônio social	16	50.425.898	52.224.965	Receitas financeiras	19	48.118.777
Total do ativo não circulante		64.345.310	53.421.500	Superávit (Déficit) do exercício		21.508.997	(1.799.067)	Despesas financeiras	19	(274.219)
				Total do patrimônio líquido		71.934.895	50.425.898			47.844.558
				Total do passivo e patrimônio líquido		425.897.944	388.350.882	Superávit (Déficit) do exercício		21.508.997

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)			
	2025	2024	
Fluxo de caixa das atividades operacionais:			
Superávit (Déficit) do exercício	21.508.997	(1.799.067)	Obrigações trabalhistas e tributárias
Depreciações e amortizações	3.044.216	2.766.577	Obrigações com órgãos públicos
Obrigações com órgãos públicos	5.609.293	-	Subvenção governamental para custeio
Provisão para contingências	5.783.830	11.812.147	Contingências pagas
Constituição de provisão para perdas de crédito esperadas	(138.241)	(603.993)	Fluxo de caixa proveniente utilizado nas atividades operacionais
Baixa de imobilizado e intangível	2.464.246	32.390	Fluxo de caixa das atividades de investimento:
(Aumento) Redução nos ativos em			Aquisição de ativo imobilizado
Contas a receber	(2.271.211)	(15.514.923)	Subvenção governamental para investimentos
Estoques	1.630.626	(5.717.802)	Fluxo de caixa líquido proveniente nas atividades de investimento
Adiantamentos	8.125.777	(10.612.850)	Aumento (Redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa
Despesas antecipadas	(1.124.674)	(513.343)	Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa
Depósitos judiciais	(458.785)	(635.670)	No início do exercício
Valores a receber de terceiros	101.282	(520.000)	No final do exercício
Aumento (Redução) nos passivos em			
Fornecedores	3.186.127	4.101.609	
Contas a pagar	(10.000.000)	11.290.000	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2025

(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional: O Serviço Social da Construção Civil do Estado de São Paulo - SECONCI-SP ("Entidade"), fundado em 20 de março de 1964, é pessoa jurídica de direito privado, constituído sob a forma de associação, filantrópica e sem finalidade de lucros, destinado a prestar assistência social, promoção e prevenção à saúde, educação e demais atividades afins à população em geral nela incluídos os integrantes das categorias econômicas e profissionais previstas nos 3º e 5º grupos do quadro a que se refere o artigo 577 da Consolidação das Leis do Trabalho, do plano da C.N.T.I. e C.N.T.C. Foi declarado de Utilidade Pública pelo Decreto Federal nº 63.204 de 03 de dezembro de 1968 revogado pelo Decreto de 27 de maio de 1992, Lei Estadual nº 22 de 25 de setembro de 1972 e Decreto nº 9.526 de 18 de junho de 1971, alterado pelo Decreto nº 49.794, de 21 de julho de 2008. A entidade possui treze filiais na gestão de negócios próprias estabelecidas no Estado de São Paulo nos municípios: São Paulo, Santos, Campinas, São José dos Campos, Sorocaba, Piracicaba, Praia Grande, Riviera, Santo André, Ribeirão Preto, Bauri, Mogi das Cruzes e São João do Rio Preto. Em 1998, a Entidade celebrou convênio com o Governo do Estado de São Paulo para atendimentos aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) em sua Unidade Central, localizada na Avenida Francisco Matarazzo nº 74 - Perdizes, São Paulo. Em 2004 o contrato foi transferido para Prefeitura do Município de São Paulo. Em 1998, foi promulgada a Lei Complementar nº 846/98, aprovada pela Assembleia Legislativa, pela qual o Governo do Estado de São Paulo passou a qualificar entidades filantrópicas para celebração de Contratos de Gestão, com o objetivo de operacionalizar a gestão e a execução das atividades e serviços de saúde em unidades públicas. Dessa forma, a Entidade foi qualificada pelo Governo do Estado de São Paulo como Organização Social de Saúde ("OSS"). Em 2006, a municipalidade de São Paulo promulgou legislação para qualificar entidades filantrópicas na gestão de unidades de saúde. Nesse contexto, a Entidade foi qualificada como Organização Social de Saúde no âmbito do Município de São Paulo. Em decorrência dessas qualificações e da experiência adquirida ao longo dos anos, a Entidade participou de chamamentos públicos, sendo vencedora em processos de seleção, assumindo a gestão das seguintes unidades no âmbito do Estado e do Município de São Paulo: (i) Hospital Geral de Itapevica da Serra (HGIS); a Entidade assinou contrato de gestão com a Secretaria de Estado da Saúde em outubro de 1998; (ii) Hospital Estadual "Henrique Altmeijer" de Vila Alpina (HEVA); a Entidade assinou contrato de gestão com a Secretaria de Estado da Saúde em dezembro de 2001; (iii) Hospital Regional de Cotia (HRC); a Entidade assinou contrato de gestão com a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo em outubro de 2007; (iv) Hospital Municipal Dr. Ignácio Proença de Gouvêa; a Entidade assinou convênio com o Município de São Paulo em agosto de 2008 e a partir de agosto de 2023 passou a ser termo de colaboração; (v) Ambulatório Médico de Especialidades Dr. Luiz Roberto Baradas Barata (AME BARRADAS); a Entidade assinou contrato de gestão com a Secretaria de Estado da Saúde em setembro de 2008; (vi) Hospital Estadual de Sapopemba (HESAP); a Entidade assinou contrato de gestão com a Secretaria de Estado da Saúde em dezembro de 2008. Em agosto de

2013 assinou termo aditivo de incorporação do Hospital Local de Sapopemba; (vii) Centro Estadual de Armazenamento e Distribuição de Insumos de Saúde (CEADIS); a Entidade assinou contrato de gestão com a Secretaria de Estado da Saúde em abril de 2009 e incorporou a Unidade Dispensadora Tenente Pena (UDTP) em fevereiro de 2013; (viii) Serviço Estadual de Diagnóstico por Imagem II (SEDI II); a Entidade assinou contrato de gestão com a Secretaria de Estado da Saúde em março de 2010; (ix) Ambulatório Médico de Especialidades Caraguatatuba (AME CARAGUATATUBA); a Entidade assinou contrato de gestão com a Secretaria de Estado da Saúde em agosto de 2014; (x) Ambulatório Médico de Especialidades Dr. Geraldo de Paulo Bourroul (AME BOURROUL); a Entidade assinou contrato de gestão com a Secretaria de Estado da Saúde em novembro de 2014; (xi) Hospital Municipal Dr. Benedito Montenegro; a Entidade assinou convênio com o Município de São Paulo em julho de 2015 e a partir de agosto de 2023 passou a ser termo de colaboração; (xii) Território Ermelino Matarazzo (Unidades e Serviços da Rede Assistencial da Supervisão Técnica de Saúde); a Entidade assinou contrato de gestão com o Município de São Paulo em fevereiro de 2018; (xiii) Território Penha (Unidades e Serviços da Rede Assistencial da Supervisão Técnica de Saúde); a Entidade assinou contrato de gestão com o Município de São Paulo em fevereiro de 2016; (xiv) Ambulatório Médico de Especialidades de Lorena (AME LORENA); a Entidade assinou contrato de gestão com a Secretaria de Estado da Saúde em abril de 2016; (xv) Ambulatório Médico de Especialidades de São Vicente (AME SÃO VICENTE); a Entidade assinou contrato de gestão com a Secretaria de Estado da Saúde em janeiro de 2018; (xvi) Conjunto Hospitalar de Sorocaba (CHS); a Entidade assinou contrato de gestão com a Secretaria de Estado da Saúde em agosto de 2018; (xvii) Ambulatório Médico de Especialidades Taubaté (AME TAUBATÉ); a Entidade assinou contrato de gestão com a Secretaria de Estado da Saúde em dezembro de 2021; (xviii) Hospital da Mulher - Centro de Referência da Saúde da Mulher do Estado de São Paulo; a Entidade assinou contrato de gestão com a Secretaria de Estado da Saúde em junho de 2022; (xix) Serviço de Reabilitação da Rede Lucy Montoro de Taubaté; a Entidade assinou contrato de gestão com a Secretaria de Estado da Saúde em dezembro de 2022; (xx) Ambulatório Médico de Especialidades Edison Oliveira Martho (AME ITAPEVA); a Entidade assinou contrato de gestão com a Secretaria de Estado da Saúde em maio de 2023; (xxi) Hospital Municipal Dr. Alexandre Zaic; a Entidade assinou termo de colaboração com o Município de São Paulo em agosto de 2023; (xxii) Ambulatório Médico de Especialidades Rio Claro (AME RIO CLARO); a Entidade assinou contrato de gestão com a Secretaria de Estado da Saúde em novembro de 2024; (xxiii) Ambulatório Médico de Especialidades Dr. Oswaldo Cambiaghi (AME PIRACICABA); a Entidade assinou contrato de gestão com a Secretaria de Estado da Saúde em novembro de 2024. Estas unidades são juridicamente constituídas sob a forma de filiais. Assim, as demonstrações financeiras da Entidade representam as operações de todas estas unidades. No exercício de 2025, as dotações orçamentárias pelos órgãos públicos destinados ao custeio e investimentos, são assim demonstradas:

	Data do contrato		Verba de custeio	Ajustes dos contratos	Total custeio	Total verba de investimento
	Início	Término				
HEVA	01/07/2022	30/06/2027	164.931.749	-	164.931.749	3.083.591
HGIS	01/12/2021	30/11/2026	175.111.291	-	175.111.291	635.000
HRC	01/10/2022	30/09/2027	135.493.167	-	135.493.167	4.307.663
HESAP	01/12/2023	30/11/2028	153.002.915	-	153.002.915	100.000
CHS	01/09/2023	31/08/2028	260.410.253	-	260.410.253	10.215.033
Hospital da Mulher	27/06/2022	26/06/2027	151.025.764	-	151.025.764	-
AME Barradas	01/09/2023	31/08/2028	60.921.290	-	60.921.290	1.688.670
AME Caraguatatuba	01/08/2024	31/07/2029	23.937.850	-	23.937.850	211.924
AME Bourroul	01/11/2024	31/10/2029	26.338.500	-	26.338.500	1.634.911
AME Lorena	01/04/2021	31/03/2026	18.331.228	-	18.331.228	353.855
AME São Vicente	01/01/2023	31/12/2027	18.847.451	(40.858)	18.806.593	-
AME Taubaté	01/12/2021	30/11/2026	35.089.543	(8.571)	35.080.972	-
AME Itapeva	01/06/2023	31/05/2028	14.735.424	(11.052)	14.724.372	712.250
Lucy Montoro Taubaté	27/12/2022	26/12/2027	10.610.592	-	10.610.592	543.392
AME Rio Claro	01/12/2024	30/11/2029	16.033.207	-	16.033.207	578.041
AME Piracicaba	01/12/2024	30/11/2029	11.695.182	-	11.695.182	23.990
SEDI II	01/03/2020	28/02/2026	126.567.324	(5.846.987)	120.720.337	-
CEADIS	01/05/2019	30/04/2025	11.860.360	-	11.860.360	-
CEADIS	01/05/2025	30/04/2030	23.720.720	-	23.720.720	-
Ermelino	19/02/2016	18/02/2026	257.948.960	(16.142.309)	241.806.651	-
Penha	23/02/2016	22/02/2026	346.151.364	(22.030.439)	324.120.925	1.459.685
Hospital Benedito	01/01/2025	31/12/2025	70.138.031	(5.274.020)	64.864.011	-
Hospital Ignácio	01/01/2025	31/12/2025	44.709.785	(3.346.944)	41.362.841	-
Hospital Zaic	01/01/2025	31/12/2025	34.667.694	(2.592.700)	32.074.994	-
Total			2.192.279.644	(55.293.880)	2.136.985.764	25.548.005

2. Apresentação das demonstrações e práticas contábeis materiais:
2.1. Base de apresentação: Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) incluindo as disposições contidas na Interpretação Técnica Geral - ITG 2002 (R1) "Entidades

sem Finalidade de Lucros" e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As emissões das demonstrações financeiras foram autorizadas pela Administração em 15 de abril de 2026. **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção

Demonstração dos Resultados Abrangentes			
Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)	Nota	2025	2024
Superávit (Déficit) do exercício		21.508.997	(1.799.067)
Resultados abrangentes		-	-
Resultado abrangente total do exercício		21.508.997	(1.799.067)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido			
Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)	Patrimônio Social	Superávit (Déficit) do Exercício	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 1º/01/2024	50.530.724	1.694.241	52.224.965
Incorporação do superávit do exercício anterior	1.694.241	(1.694.241)	-
(Déficit) do exercício	-	(1.799.067)	(1.799.067)
Saldos em 31/12/2024	52.224.965	(1.799.067)	50.425.898
Incorporação do (déficit) do exercício anterior	(1.799.067)	1.799.067	-
Superávit do exercício	-	21.508.997	21.508.997
Saldos em 31/12/2025	50.425.898	21.508.997	71.934.895

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade, exceto quando indicado de outra forma. **Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas, custos e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na seguinte nota explicativa: **Nota explicativa nº 15 - Reconhecimento e mensuração da provisão para contingências.** A Entidade é parte de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos e interno. A administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras. **2.2. Práticas contábeis materiais: a. Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado". De acordo com os Contratos de Gestão e Termo de Colaboração, a Entidade deve aplicar financeiramente todos os recursos enquanto estes não forem efetivamente aplicados em sua finalidade, quer seja custeio ou investimento. As aplicações financeiras são classificadas como equivalentes de caixa por serem mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo de até 90 dias, visando a continuidade normal das atividades da Entidade. **b. Contas a receber:** As contas a receber são os valores compostos dos contratos de gestão, termo de colaboração e contribuições. É constituída provisão em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa. A Entidade aplica a abordagem simplificada do CPC 48 - Instrumentos Financeiros, para a mensuração de perdas de crédito esperadas considerando uma provisão para perdas esperadas ao longo da vida útil para todas as contas a receber de clientes. Para mensurar as perdas de crédito esperadas, as contas a receber de clientes são divididas por categorias. As taxas de perdas históricas são ajustadas a fim de refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidarem os recebíveis. As contas a receber de clientes são baixadas quando não há expectativa razoável de recuperação. Os indícios de que não há expectativa razoável de recuperação incluem, entre outros, incapacidade do devedor de participar de um plano de renegociação de sua dívida com a Entidade. **c. Estoques:** Os estoques são mensurados pelo valor de custo de aquisição e estão relacionados, principalmente, a medicamentos e insumos hospitalares para serem utilizados junto aos pacientes atendidos nos hospitais e ambulatórios. O custo dos estoques é baseado no princípio de custo médio e inclui gastos na aquisição e outros custos incorridos em tratamentos às suas localizações e condições existentes. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado. **d. Imobilizado e Intangível: (i) Reconhecimento e mensuração - Imobilizado e Intangível - Filiais próprias:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou custo de construção, deduzido de depreciação acumulada e provisão para redução no valor recuperável desses bens. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo, são registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil. Os ativos imobilizados e intangíveis com vida útil definida são depreciados/amortizados, de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas perda de seu valor recuperável, os mesmos são submetidos a teste de avaliação do valor recuperável. A depreciação e amortização dos bens foram revisadas internamente durante o exercício de 2025, onde as taxas especificadas no laudo anterior foram revisadas e não sofreram alterações. **Vida útil estimada/Anos (ativos imobilizados):**

Veículos	5
Computadores e periféricos	3, 5 e 10
Equipamentos assistenciais	5, 10 e 12
Móveis e utensílios	10 e 12
Máquinas, aparelhos e equipamentos	03 a 25
Instalações elétricas	30
Instalações hidráulicas	30
Edificações	50
Vida útil estimada/Anos (intangível)	
Software	5

(ii) Reconhecimento e mensuração - Imobilizado e Intangível - Filiais OSS: Os elementos do ativo imobilizado e intangível são reconhecidos ao custo de aquisição, formação ou construção, adicionado dos juros e demais

...continuação

Serviço Social da Construção Civil do Estado de São Paulo - SECONCI-SP

CNPJ nº 61.687.356/0001-30

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2025 (Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento de projetos. Os bens adquiridos para as unidades públicas administradas pela Entidade no âmbito dos contratos de gestão e termo de colaboração, por se tratar de bens do Estado e Município de São Paulo são controlados em contas de compensação, da mesma forma que a subvenção para investimentos aplicados. Os ativos imobilizados e intangíveis utilizados nas operações das filiais OSS (Organizações Sociais de Saúde), ambulatórios, hospitais, serviço estadual de diagnóstico por imagem, centro estadual de armazenamento e distribuição de insumos, são bens patrimoniais públicos que estão sob a responsabilidade da Entidade, durante a vigência dos contratos de gestão e termo de colaboração que são destinados a operacionalização das atividades de serviços de saúde. **e. Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros:** Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os Grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional. A Administração da Entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão. **f. Obrigações trabalhistas e tributárias:** Representam os valores de tributos e contribuições devidos pela Entidade. O referido grupo contempla também as provisões trabalhistas decorrentes de férias e encargos. **g. Subvenções governamentais:** Quando destinados ao custeio, os recursos são creditados no grupo de conta "Receitas com Contratos de Gestão e Termo de Colaboração" no resultado do exercício, para fazer face às despesas incorridas. As subvenções para investimentos são reconhecidas como subvenção a aplicar no passivo circulante, sendo reconhecida como recurso de subvenção aplicada no momento das aquisições dos ativos, as quais são controladas em contas de compensações. **h. Outros ativos e passivos (circulante e não circulante):** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **i. Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **j. Patrimônio líquido:** Representa o patrimônio inicial da Entidade, acrescido ou reduzido dos superávits/déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição e são empregados integralmente nos objetivos sociais da Entidade. **k. Receita operacional: (i) Receita com contrato de gestão e termo de colaboração e operacionalização de serviços:** A Entidade, qualificada como Organização Social de Saúde, através de Contratos de Gestão e Termo de Colaboração, celebra parcerias de gestão de serviço de saúde no âmbito do Estado e Município de São Paulo. A legislação estadual e municipal regulamentou as parcerias com entidades filantrópicas, que passaram a ser qualificadas como Organizações Sociais de Saúde (OSS) e que, em decorrência dessa qualificação, adquiriram o direito de celebrar Contrato de Gestão de Serviços com as Secretarias de Saúde. Visando o gerenciamento de hospitais e equipamentos públicos de saúde, as legislações determinaram ainda que estes equipamentos gerenciados pelas OSS atendam exclusivamente aos pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS). A remuneração dos contratos de gestão e termo de colaboração são definidos de acordo com suas características de atendimento, orçamento de custeio pré-fixado, baseados em um sistema de custo referente à produção de procedimentos das principais áreas de atuação do equipamento e em indicadores de organização do serviço, ou seja, conforme preconizado na contratualização de serviços no SUS, sendo estabelecidas metas quantitativas (internações e atendimentos ambulatoriais) e metas qualitativas para o acolhimento do usuário SUS, humanização, entre outras. Ao final de cada exercício, é celebrado Termos de Retificação ao contrato de gestão vigente, em que valor do recurso financeiro (receita) é definido conforme as metas propostas em relação às atividades. Os repasses financeiros são mensais, creditados em conta corrente específica das unidades até o quinto dia útil de cada mês. **(ii) Receita - Contribuição social:** Referem-se à contribuição de 1% sobre a folha de pagamento declarada pelas empresas representadas pelo Sinduscon-SP, segundo critérios estabelecidos na Convenção Coletiva da Categoria, que é reconhecida no resultado do exercício e totalmente revertida para o objeto estatutário da Entidade. As receitas apresentadas nesta rubrica destinam-se ao custeio das atividades das unidades da gestão própria da Entidade. A formalização das contribuições junto aos clientes é realizada por meio do Termo de Contribuição, com apuração mensal, com base nas informações da folha de pagamento ou na movimentação decorrente da atualização cadastral realizada pela empresa no site do SECONCI-SP. No sistema de Gestão de Contratos (*Web Faturamento*), é efetuado o cálculo da contribuição, sendo a transação concluída com a emissão do boleto correspondente ao valor apurado. **(iii) Receita - Medicina ocupacional e segurança do trabalho:** São receitas oriundas da prestação de serviços de programa de medicina ocupacional e segurança do trabalho, totalmente revertidas para o objeto estatutário da Entidade. Nesta modalidade são elaborados contratos de prestação de serviços juntos aos clientes para a realização de PCMSO - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, exames e consultas. A obrigação de desempenho é cumprida quando da prestação do serviço por parte da Entidade. A transação é formalizada através da emissão de nota fiscal, mediante a prestação do serviço. **I. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros e rendimentos de aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem as despesas bancárias. **m. Receita com trabalhos voluntários:** Conforme estabelecido na Interpretação Técnica Geral - ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros - item 19, a Entidade valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da administração sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar considerando a sua função. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício como receita no grupo de receitas operacionais em contrapartida nas despesas das atividades e não geram alterações nas demonstrações financeiras. **n. Apuração do resultado:** As receitas decorrentes de contribuições, subvenções dos contratos de gestão e termo de colaboração, custos e as demais receitas e despesas são reconhecidas, respeitando-se o princípio da competência. As subvenções decorrentes dos contratos de gestão e termo de colaboração são reconhecidas conforme os valores previstos nos contratos celebrados com o poder público. **o. Instrumentos financeiros: (i) Reconhecimento e mensuração inicial:** As contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR ("Valor Justo por meio do Resultado"), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **(ii) Classificação e mensuração subsequente:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de resultado (VJR). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Entidade mude

o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. **Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado (VJR):** Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Entidade pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. **Custo amortizado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Os recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros créditos provenientes de prestação de serviços. **(iii) Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Os passivos financeiros foram classificados na categoria de outros passivos financeiros. Estes, por sua vez, são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores. **Desreconhecimento:** A Entidade desreconhece um ativo financeiro quando expiram os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo ou quando transfere os direitos contratuais de recebimento desses fluxos de caixa em uma transação na qual são transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro. O desreconhecimento também ocorre quando a Entidade não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e, adicionalmente, não mantém o controle sobre esse ativo. A Entidade desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirar. A Entidade também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **(iv) Compensação:** Ativos e passivos financeiros são compensados e apresentados pelo valor líquido no balanço patrimonial apenas quando a Entidade possui direito legalmente executável de compensar os valores reconhecidos e pretende liquidá-los em base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo de forma simultânea. **(v) Instrumentos financeiros derivativos:** A Entidade não possuía em 31 de dezembro de 2025 e 2024 nenhuma operação com instrumentos financeiros derivativos incluindo operações de *hedge*. **(vi) Redução ao valor recuperável (impairment):** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. Os ativos não financeiros têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. A Administração da Entidade não identificou nenhum indicativo que justificasse a constituição de uma provisão sobre seus ativos. A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco com taxa de câmbio; • Risco de liquidez; e • Risco de taxa de juros. A Entidade apresenta informações sobre a exposição de cada um dos riscos supermencionados, os objetivos da Entidade, políticas e processos para manutenção e gerenciamento de risco na nota explicativa nº 20 - Instrumentos financeiros. **p. Arrendamentos:** Como arrendatária, quando aplicável, a Entidade reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo (vigência igual ou inferior a 12 meses) e itens de baixo valor. A Entidade analisou os impactos da adoção do CPC 06 (R2) Arrendamentos, e constatou que não apresentaram efeitos nas demonstrações financeiras, pois os contratos de arrendamentos da Entidade são compostos na sua maioria por contratos de curto prazo (vigência do contrato igual ou inferior a 12 meses) e itens de baixo de valor.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2025	2024
Caixa fundo fixo - Sem restrição	48.014	36.516
Caixa fundo fixo - Com restrição	63.725	54.690
Bancos conta movimento - Sem restrição	2.643.233	2.979.725
Bancos conta movimento - Com restrição	132.386	67.330
Aplicações financeiras - Sem restrição	99.626.313	89.289.298
Aplicações financeiras - Com restrição	133.670.014	110.910.597
Total	236.183.685	203.338.156
Caixa fundo fixo	111.739	91.206
Bancos conta movimento	2.775.619	3.047.055
Aplicações financeiras	233.296.327	200.199.895
Total	236.183.685	203.338.156
Caixa e equivalentes de caixas - Sem restrição (b)	102.317.560	92.305.539
Caixa e equivalentes de caixas - Com restrição (a)	133.866.125	111.032.617
Total	236.183.685	203.338.156

(a) O saldo apurado ao final de cada exercício, conforme determinado no contrato de gestão e termo de colaboração, poderá permanecer como disponibilidade da Entidade, que deverá aplicar o montante na execução do objeto contratual no exercício subsequente. Os recursos repassados da Entidade poderão por esta ser aplicados no mercado financeiro, desde que os resultados desta aplicação se revertam, exclusivamente aos objetivos do contrato de gestão e termo de colaboração (recursos com restrição); e (b) As demais aplicações financeiras não possuem restrições contratuais e estão livres para utilização nas atividades operacionais da Entidade (recursos sem restrição). A exposição da Entidade a riscos de taxas de juros e análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros é divulgada na nota explicativa nº 20 - Instrumentos financeiros.

As aplicações financeiras estão representadas por aplicações de renda fixa em bancos de primeira linha e buscam rendimentos próximos ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Em 2025 o rendimento aproximado foi 100,27% do CDI, (que eram entre 100,25% do CDI em 2024) e podem ser resgatados a qualquer momento sem perda de sua rentabilidade. As aplicações financeiras são classificadas como equivalentes de caixa por serem mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo (de até 90 dias), visando à continuidade normal das atividades da Entidade.

4. Contas a receber

Descrição	2025	2024
Contribuições a receber	13.442.458	12.233.408
Contratos de gestão e termo de colaboração	29.455.167	28.778.147
Termo de convênio - Verba indenizatória (a)	19.911.204	19.911.204
Outros créditos	4.983.062	4.321.439
Provisão para perdas de crédito esperadas	(1.245.773)	(1.107.532)
Total	66.546.118	64.136.666

(a) Em 30 de abril de 2023, foram encerrados o Termo de Convênio nº 002/2012 - Hospital Ignácio Proença de Gouveia - e o Termo de Convênio nº 001/2015 - Hospital Municipal Dr. Benedito Montenegro. A fim de evitar a descontinuidade dos serviços e garantir a manutenção da assistência aos pacientes da rede de urgência e emergência do Município de São Paulo, os convênios foram prorrogados por mais três

meses, abrangendo o período de 1º de maio a 31 de julho de 2023. A partir de 1º de agosto de 2023, foi celebrado o Termo de Colaboração nº 001/2023, em substituição aos referidos termos de convênio. Durante esse período, a entidade apurou os valores efetivamente devidos a título de indenização, com base na prestação de contas final dos referidos termos de convênio, considerando apenas despesas devidamente comprovadas e pagas. Entre os meses de maio, junho e julho/2023, os valores indenizatórios apurados foram: • R\$ 7.739.729 para o Hospital Ignácio Proença de Gouveia; e • R\$ 12.171.475 para o Hospital Municipal Dr. Benedito Montenegro. Totalizando o montante de R\$ 19.911.204 pagos a título de indenização. Informamos que o Ofício nº 205/2023 foi protocolado em 02/10/2023 junto ao Departamento de Prestação de Contas da Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo, com a finalidade de entregar os documentos fiscais e os relatórios das despesas executadas. Essa medida visa subsidiar a análise dos pagamentos realizados e concluir o processo de prestação de contas da parceria encerrada, formalizada por meio dos Termos de Convênio, e viabilizar o recebimento da verba indenizatória referente aos serviços prestados. A entidade reafirma seu entendimento de que a indenização é devida e aguarda a finalização dos trâmites por parte da Prefeitura.

A composição das contas a receber de clientes, por idade de vencimento é como segue:

Descrição	2025				
	Contratos de gestão e termo de colaboração	Termo de convênio - Verba Indenizatória			
	Outros créditos	Total bruto			
Títulos a vencer	8.558.947	29.455.167	19.911.204	4.983.062	62.908.380
Vencidos até 60 dias	3.199.724	-	-	-	3.199.724
Vencidos até 120 dias	438.014	-	-	-	438.014
Vencidos acima de 120 dias	1.245.773	-	-	-	1.245.773
Provisão para perdas de crédito esperadas	(1.245.773)	-	-	-	(1.245.773)
Total	12.196.685	29.455.167	19.911.204	4.983.062	66.546.118

Metodologia de provisionamento para provisão para perdas de crédito esperadas: A provisão para perdas de crédito esperadas foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos títulos a receber, levando-se em consideração análise quantitativa e qualitativa individual dos recebíveis, bem como a expectativa de perda futura baseada em percentual histórica de perdas efetivas. Os detalhes da política estão descritos na nota 2.1 b.

Movimentação da provisão para perdas de crédito esperadas

Saldo em 1º de janeiro de 2024	(1.711.525)
(+) Adições	(946.974)
(-) Baixa	1.550.967
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(1.107.532)
Saldo em 1º de janeiro de 2025	(1.107.532)
(+) Adições	(1.245.773)
(-) Baixa	1.107.532
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(1.245.773)

5. Estoques

Descrição	2025	2024
Material de enfermagem, gases, sutura e cirurgia	10.477.763	11.168.729
Medicamentos	8.506.007	9.782.106
Descartáveis, higiene e limpeza	1.424.365	1.537.537
Material de Escritório, informática e impressos	867.609	811.125
Material de odontologia e radiologia	238.948	220.250
Material de serviço de apoio e diagnóstico e terapêutico (SADT) e laboratorial	299.222	341.315
Gêneros alimentícios, nutrição e dietética	834.399	913.698
Outros materiais	1.888.178	1.392.537
Total	24.536.491	26.167.117

A Entidade não constitui provisão para obsolescência de seus estoques. No que se refere ao estoque de medicamentos, observa-se que estes apresentam giro médio de até 30 dias, por se tratarem de itens com alta demanda.

6. Adiantamentos

Descrição	2025	2024
Adiantamento de Recurso Financeiro C.G. HGIS para CHS	10.796.000	18.801.000
Adiantamento de Recurso Financeiro C.G. Penha para Benedito	7.992.500	7.992.500
Adiantamento de Recurso Financeiro C.G. Penha para Ignácio	5.254.500	5.254.500
Adiantamento de Recurso Financeiro C.G. HM para HRC	-	2.840.000
Adiantamento de Recurso Financeiro C.G. Ame Taubaté para Sedi II	-	260.000
Adiantamento de Recurso Financeiro C.G. Ame Taubaté para Ame Itapeva	1.021.000	155.000
Adiantamento de Recurso Financeiro C.G. Ame Taubaté para Ame Rio Claro	-	30.000
Adiantamento de Recurso Financeiro C.G. Ame Taubaté para Ame São Vicente	269.000	-
Adiantamentos para empregados	5.093.738	2.808.589
Adiantamentos a fornecedores	871.052	1.281.978
Total	31.297.790	39.423.567

Os adiantamentos consistem em transferências financeiras realizadas por meio dos contratos de gestão, destinadas ao pagamento de despesas dos hospitais e ambulatórios, com a previsão de devolução ao longo do exercício de 2026.

7. Imobilizado

Custo de aquisição	2025	2024
Edifícios	45.116.085	45.116.085
Construção em andamento	12.110.357	2.762.705
Equipamentos assistenciais	8.852.556	7.691.898
Computadores e periféricos	8.367.752	8.036.597
Terrenos	7.652.606	7.652.606
Máquinas, aparelhos e equipamentos	5.458.781	4.348.007
Móveis e utensílios	2.922.568	2.586.772
Veículos	1.567.640	889.905
Instalações elétricas	888.572	888.572
Instalações hidráulicas	83.612	83.612
Total	93.020.529	80.056.759
Depreciação acumulada	(32.064.157)	(29.672.945)
Imobilizado líquido	60.956.372	50.383.814

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a movimentação sumária do imobilizado próprio da Entidade são demonstradas assim:

Imobilizado	Saldo em 31/12/2024	Adição	Baixa	Saldo em 31/12/2025
Edifícios	45.116.085	-	-	45.116.085
Construção em andamento	2.762.705	11.753.612	(2.405.960)	12.110.357
Equipamentos assistenciais	7.691.898	1.522.523	(361.865)	8.852.556
Computadores e periféricos	8.036.597	403.474	(72.319)	8.367.752
Terrenos	7.652.606	-	-	7.652.606
Máquinas, aparelhos e equipamentos	4.348.007	1.215.175	(104.401)	5.458.781
Móveis e utensílios	2.586.772	351.721	(15.925)	2.922.568
Veículos	889.905	828.262	(150.527)	1.567.640
Instalações elétricas	888.572	-	-	888.572
Instalações hidráulicas	83.612	-	-	83.612
Total	80.056.759	16.074.767	(3.110.997)	93.020.529

...continuação

Serviço Social da Construção Civil do Estado de São Paulo - SECONCI-SP

CNPJ nº 61.687.356/0001-30

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2025 (Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Depreciação acumulada	Saldo em 31/12/2024	Adição	Baixa	Valor líquido 31/12/2025
Edifícios	(13.688.595)	(951.477)	-	(14.640.072)
Equipamentos assistenciais	(4.723.117)	(498.341)	332.345	(4.889.113)
Computadores e periféricos	(5.808.140)	(923.706)	66.582	(6.665.265)
Máquinas, aparelhos e equipamentos	(2.458.064)	(301.474)	83.389	(2.676.149)
Móveis e utensílios	(1.840.860)	(117.231)	13.909	(1.944.182)
Veículos	(455.294)	(216.551)	150.527	(521.318)
Instalações elétricas	(646.440)	(26.534)	-	(672.974)
Instalações hidráulicas	(52.435)	(2.650)	-	(55.085)
Total	(29.672.945)	(3.037.964)	646.752	(32.064.157)
Total líquido	50.383.814	13.036.803	(2.464.245)	60.956.372

Imobilizado	Saldo em 31/12/2023	Adição	Baixa	Valor líquido 31/12/2024
Edifícios	45.116.085	-	-	45.116.085
Móveis e utensílios	2.366.379	248.064	(27.671)	2.586.772
Terenos	7.652.606	-	-	7.652.606
Computadores e periféricos	7.051.126	1.180.838	(195.367)	8.036.597
Veículos	889.905	-	-	889.905
Máquinas, aparelhos e equipamentos	3.850.496	552.112	(54.601)	4.348.007
Equipamentos assistenciais	7.202.036	1.194.787	(704.925)	7.691.898
Instalações elétricas	888.572	-	-	888.572
Instalações hidráulicas	83.612	-	-	83.612
Construção em andamento	1.119.429	1.643.276	-	2.762.705
Total	76.220.246	4.819.077	(982.564)	80.056.759

Depreciação acumulada	Saldo em 31/12/2023	Adição	Baixa	Valor líquido 31/12/2024
Edifícios	(12.737.118)	(951.477)	-	(13.688.595)
Móveis e utensílios	(1.736.051)	(126.321)	21.512	(1.840.860)
Computadores e periféricos	(5.135.349)	(866.508)	193.717	(5.808.140)
Veículos	(324.688)	(130.606)	-	(455.294)
Máquinas, aparelhos e equipamentos	(2.255.388)	(253.242)	50.566	(2.458.064)
Equipamentos assistenciais	(5.004.508)	(402.987)	684.378	(4.723.117)
Instalações elétricas	(619.906)	(26.534)	-	(646.440)
Instalações hidráulicas	(49.785)	(2.650)	-	(52.435)
Total	(27.862.793)	(2.760.325)	950.173	(29.672.945)
Total líquido	48.357.453	2.058.752	(32.391)	50.383.814

8. Intangível

Descrição

	2025	2024
Software	2.237.687	2.237.687
Amortização acumulada	(2.236.645)	(2.230.393)
Intangível líquido	1.042	7.294

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, as movimentações do intangível próprio da Entidade são demonstradas a seguir:

	Saldo em 31/12/2024	Adição	Baixa	Saldo em 31/12/2025
Software	2.237.687	-	-	2.237.687
Total	2.237.687	-	-	2.237.687

	Saldo em 31/12/2024	Adição	Baixa	Saldo em 31/12/2025
Amortização	(2.230.393)	(6.252)	-	(2.236.645)
Total	(2.230.393)	(6.252)	-	(2.236.645)
Total líquido	7.294	(6.252)	-	1.042

	Saldo em 31/12/2023	Adição	Baixa	Saldo em 31/12/2024
Software	2.237.687	-	-	2.237.687
Total	2.237.687	-	-	2.237.687

	Saldo em 31/12/2023	Adição	Baixa	Saldo em 31/12/2024
Amortização	(2.224.140)	(6.253)	-	(2.230.393)
Total	(2.224.140)	(6.253)	-	(2.230.393)
Total líquido	13.547	(6.253)	-	7.294

9. Fornecedores:

Representado principalmente por valores a pagar relacionados à compra de insumos hospitalares, medicamentos e prestação de serviços assistenciais e administrativos.

Descrição	2025	2024
Fornecedores	96.370.751	93.184.624
Total	96.370.751	93.184.624

10. Contas a pagar:

As contas a pagar são provenientes das transferências de recursos financeiros recebidos dos contratos de gestão, no montante de R\$ 25.333.000, sendo: HGIS para CHS - R\$ 10.796.000, Penha para Benedito - R\$ 7.992.500 e Ignácio - R\$ 5.254.500, Ame Taubaté para Ame São Vicente - R\$ 269.000, Ame Taubaté para Ame Itapeva - R\$ 1.021.000, para cobrir os gastos desses hospitais e ambulatórios, sendo que o valor será devolvido durante o exercício de 2026.

Descrição	2025	2024
Contas a pagar	25.333.000	35.333.000
Total	25.333.000	35.333.000

11. Obrigações trabalhistas e tributárias

Obrigações trabalhistas

	2025	2024
Provisões para férias e encargos	96.901.772	91.046.673
FGTS a recolher	8.651.775	7.932.649
INSS retido na fonte a recolher	6.649.824	6.271.128
Salários a pagar	7.404.676	6.033.251
Contribuição sindical e assistencial	103.786	84.826
Outras obrigações trabalhistas	6.940	228
Total	119.717.873	111.368.753

Obrigações tributárias

IRRF retido na fonte	13.863.169	12.432.398
PIS, Cofins e CSLL retidos na fonte	2.776.900	2.639.500
ISS a recolher	175.938	150.968
Total	16.816.007	15.222.866

Total das obrigações trabalhistas e tributárias

	136.533.880	126.591.619
Circulante	136.533.880	126.591.619
Não circulante	-	-

12. Subvenção governamental para custeio:

Representados pelos recebimentos antecipados de subvenções para custeio das Secretarias e que serão utilizados nas operações das unidades no exercício seguinte. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os saldos são demonstrados assim:

Descrição	2025	2024
AME Taubaté	1.792.052	4.330.201
Território Ermelino Matarazzo	8.977.813	14.306.672
HGIS	7.190.880	9.317.746
Lucy Montoro Taubaté	4.800.805	3.622.325
CEADIS	5.490.402	4.337.424
AME Lorena	209.802	1.080.429
Hospital Ignácio	5.663.697	3.968.453
Hospital da Mulher	-	1.353.867
AME Barradas	5.505.904	4.290.495
Hospital Zaió	1.971.486	977.787
Microrregião	-	97.777
AME Rio Claro	1.516.964	-
AME Piracicaba	1.171.090	-
Território Penha	2.498.351	-
Total custeio aplicar	46.789.246	47.683.176
Custeio a aplicar - Estado	27.677.899	28.332.487
Custeio a aplicar - Município	19.111.347	19.350.689
Total custeio aplicar	46.789.246	47.683.176

13. Subvenção governamental para investimento:

13.1. Subvenção governamental a aplicar em investimentos: A título de investimento em obras ou equipamentos, a Secretaria de Estado da Saúde e Município

de São Paulo por meio dos contratos de gestão e termo de colaboração com a Entidade, realizaram subvenções para investimentos empregados na aquisição de ativos, imobilizado, intangível, reformas prediais e de estrutura para atendimento. As subvenções governamentais a aplicar são controladas em contas de compensações. O montante não aplicado como investimento deverá ser devolvido ao Estado e Município, caso a Entidade não evidencie a destinação do recurso durante o período de vigência do contrato de gestão.

	2025	2024
Território Penha	2.919.396	3.990.020
AME Taubaté	1.190.564	2.625.537
CHS	10.474.314	1.551.058
HESAP	100.000	1.013.551
Território Ermelino Matarazzo	311.498	678.534
HEVA	1.924.938	2.121.666
HRC	5.346.497	2.057.606
CEADIS	2.185	1.146.857
SEDI II	655.006	655.006
AME Lorena	172.907	-
Lucy Montoro Taubaté	1.208.137	799.797
AME Itapeva	814.763	368.035
HGIS	635.000	448.387
AME Barradas	84.231	415.714
Hospital Ignácio	89.882	89.882
AME Bouroul	538.882	243.524
AME Rio Claro	981	165.943
AME Piracicaba	23.990	165.943
Microrregião	-	70.076
AME Caragatatuba	26.946	31.266
Hospital Benedito	25	25
Total	26.520.142	18.638.427

13.2. Subvenção governamental aplicada em investimentos:

Em atendimento ao Contrato de Gestão firmado entre a Entidade e a Secretaria de Estado da Saúde e Município de São Paulo, estabelece que a Entidade deve usufruir apenas do direito de uso dos bens, sendo a propriedade, escrituração contábil de custos e depreciação está a cargo da Secretaria do Estado e Município de São Paulo. Os itens do ativo imobilizado do contrato de gestão e termo de colaboração são bens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou de outros fatores específicos. A Entidade faz o controle patrimonial em conta de compensação, sem prejuízo das informações econômicas, segue demonstração:

	Imobilizado 2025	Imobilizado 2024
AME Barradas	56.555.469	55.275.737
HGIS	20.206.895	19.245.080
HESAP	20.165.456	19.039.968
HRC	12.528.520	11.847.686
HEVA	11.475.917	9.216.409
CEADIS	10.360.351	9.370.646
SEDI II	7.460.614	7.723.268
AME Taubaté	6.608.028	5.637.113
AME Lorena	3.549.822	3.331.174
AME São Vicente	2.640.055	2.619.055
CHS	9.261.328	7.900.605
AME Bouroul	3.622.570	2.333.410
Lucy Montoro Taubaté	2.041.433	1.965.379
AME Itapeva	980.762	715.240
Território Ermelino Matarazzo	5.244.050	5.122.586
Território Penha	5.594.737	4.195.755
AME Caragatatuba	2.055.851	1.827.524
AME Rio Claro	686.379	-
AME Piracicaba	106.406	158.980
Hospital Ignácio	18.185	18.185
Hospital Benedito	-	-
Total	181.321.808	167.543.800

	Intangível 2025	Intangível 2024
AME Barradas	3.483.212	3.483.212
SEDI II	2.451.223	2.451.223
HESAP	172.531	172.531
CEADIS	43.215	43.215
Total	6.150.181	6.150.181

Subvenção governamental para investimentos aplicados

	187.471.989	173.693.981
--	--------------------	--------------------

14. Obrigações com órgãos públicos:

Valor do termo de reconhecimento e parcelamento de débito que o Seconci celebrou com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde, decorrente da análise do rateio de despesas administrativas.

	2025	2024
Secretaria Estadual da Saúde de São Paulo - SES - CP	1.131.909	-
Secretaria Estadual da Saúde de São Paulo - SES - LP	5.609.293	-
Total	6.741.202	-

15. Provisão para contingências trabalhistas, cíveis, tributárias e prestação de contas:

Durante o curso normal de seus negócios, a Entidade fica exposta a contingências e riscos, que incluem processos judiciais de natureza trabalhista, cível, tributária e prestação de contas - TCE em discussão. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Entidade possuía registrados os seguintes valores a título de provisão para cobrir riscos prováveis às eventuais demandas judiciais:

	2025	2024
Trabalhistas	11.533.143	8.968.513
Cíveis	2.786.570	3.087.573
Tributárias	6.325	96.981
Prestação de Contas - TCE	1.348.790	4.341.071
Total	15.674.828	16.494.138

15.1. Provisões para contingências trabalhistas:

As provisões para contingências trabalhistas caracterizam-se por processos movidos pelos ex-colaboradores, nos quais reclamam horas extras, produtividade, readmissões, adicionais, retroatividade de aumentos e reajustes salariais.

15.2. Provisões para contingências cíveis:

As provisões para riscos relacionados a processos cíveis decorrentes de questionamentos de responsabilidade civil e danos morais.

15.3. Provisões para contingências tributárias:

As provisões para contingências tributárias caracterizam-se por processos movidos principalmente a título de imunidade de impostos e contribuições: a. Impostos e contribuições federais: decorrente da imunidade dos impostos e das contribuições. b. Impostos estaduais: imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) decorrente da imunidade dos impostos incidentes na compra de determinados materiais.

15.4. Provisões para contingências prestação de contas - TCE:

As provisões para riscos relacionados a processos em andamento do Tribunal de Contas do Estado -TCE. 15.5. Movimentação das contingências e depósitos judiciais: Abaixo as movimentações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 das contas contábeis relacionadas a provisões para contingências:

Provisões	Trabalhistas	Tributárias	Cíveis	Prestação de contas	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2024	5.267.075	154.636	3.916.911	-	9.338.622
Reversão de provisão	(2.154.109)	(57.655)	(2.317.466)	-	(4.529.230)
Contingências pagas	(2.281.658)	-	(2.249.988)	(124.985)	(4.656.631)
Complemento de provisão	8.137.205	-	3.738.116	4.466.056	16.341.377
Saldo em 31 de dezembro de 2024	8.968.513	96.981	3.087.573	4.341.071	16.494.138

Provisões	Trabalhistas	Tributárias	Cíveis	Prestação de contas	Total
Reversão de provisão					

...continuação

Serviço Social da Construção Civil do Estado de São Paulo - SECONCI-SP

CNPJ nº 61.687.356/0001-30

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2025 (Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Resultado financeiro líquido: Os encargos financeiros e as variações monetárias apropriadas ao resultado estão demonstrados como seguem:

	2025	2024
Receitas financeiras		
Rendimentos aplicações	47.489.302	35.942.162
Juros ativos e outras receitas financeiras	629.475	975.109
	48.118.777	36.917.271
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	(176.652)	(336.455)
Juros passivos e outras despesas financeiras	(97.568)	(11.014)
	(274.219)	(347.469)
Total receita financeira líquida	47.844.557	36.569.802

20. Instrumentos financeiros: Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Entidade para cada um dos riscos abaixo, os objetivos da Entidade, as políticas e os processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Entidade. A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

a. Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Entidade caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Entidade representados, principalmente, por caixa e equivalentes de caixa e outros créditos. **Exposição ao risco de crédito:** O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito nas datas das demonstrações financeiras foi:

	Nota	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	3	236.183.685	203.338.156
Contas a receber	4	66.546.118	64.136.666
Total		302.729.803	267.474.822

Caixa e equivalentes - A política de gestão de risco corporativo determina que a Entidade avalie regularmente o risco associado ao seu fluxo de caixa, bem como proposta de mitigar o risco. As estratégias de mitigação de risco são executadas com o objetivo de reduzir o risco com relação ao cumprimento dos compromissos assumidos pela Entidade. A Entidade possui aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, e que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa. No que tange às instituições financeiras, a Entidade somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating* e aplicações em títulos de renda fixa. **Contas a receber** - Os riscos de créditos são principalmente gerenciados pelos contratos de gestão e termos de colaboração com Órgãos Governamentais. O risco da Entidade não é diversificado do ponto de vista geográfico, com atendimento apenas no Brasil. Não há concentração de risco de crédito no nosso modelo de negócios, nossa carteira é pulverizada. A Entidade possui provisão para perdas de crédito esperadas, no montante de R\$ 1.245.773, do saldo de contas a receber total (vencidos e a vencer) para fazer face ao risco de crédito.

b. Risco de liquidez: Risco de liquidez é aquele em que a Entidade possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros, que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Administração no gerenciamento do risco de liquidez é de garantir o máximo possível que sempre se tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade. A seguir, são apresentadas as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida, bem como os ativos financeiros que são utilizados para gerenciar este risco.

	Vencimentos - 2025		
	Nota	Valor contábil	Até 1 ano
Fornecedores	9	96.370.751	96.370.751
	Vencimentos - 2024		
	Nota	Valor contábil	Até 1 ano
Fornecedores	9	93.184.624	93.184.624

c. Risco de mercado e taxa de juros: Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros têm nos ganhos da Entidade, no valor de suas participações em instrumentos financeiros. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da Entidade. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Com relação às taxas de juros, visando a mitigação deste tipo de risco, a Entidade centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham, a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). **d. Política de gestão de capital:** A Entidade possui uma política para gerenciamento de riscos cujo controle e gestão é de responsabilidade da Diretoria Financeira, que se utiliza de instrumentos de controle e profissionais capacitados na mensuração, na análise e na gestão de riscos. Adicionalmente, não são permitidas operações com instrumentos financeiros de caráter especulativo. **e. Hierarquia do valor justo:** A Entidade classifica seus ativos financeiros em: i) custo amortizado e ii) valor justo por meio do resultado. Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado para gestão de ativos e nas características dos fluxos de caixa contratuais. O resumo da classificação é como segue: **Hierarquia de valor justo:** A classificação dos instrumentos financeiros não derivativos está apresentada no quadro a seguir e não existem instrumentos financeiros diferentes de caixa classificados em outras categorias:

Ativos	Classificação	2025	2024
Caixa e equivalente de caixa	Custo amortizado	236.183.685	203.338.156
Contas a receber	Custo amortizado	66.546.118	64.136.666
Total ativo		302.729.803	267.474.822

Passivos	Classificação	2025	2024
Fornecedores e tributárias	Custo amortizado	(96.370.751)	(93.184.624)
Obrigações trabalhistas e tributárias	Custo amortizado	(136.533.880)	(126.591.619)
		(232.904.631)	(219.776.243)

Instrumentos financeiros líquidos

69.825.172 **47.698.579**

21. Trabalho voluntário: Em atendimento ao item 19 da Interpretação Técnica Geral - ITG 2002 (R1), a Entidade classifica como órgãos de administração os membros do Conselho, e os membros da Diretoria sendo: Conselho Presidente, Conselho Vice-Presidente e Conselho Segundo Vice-Presidente. O tempo dispensado em prol da Entidade é entendido como trabalho voluntário, não remunerado. A Entidade reconheceu no exercício de 2025 o trabalho voluntário pelo valor justo o montante total de R\$ 4.182.886 sendo R\$ 702.581 para os membros do Conselho e R\$ 3.480.305 para os membros da Diretoria, (R\$ 5.401.424 em 2024, sendo R\$ 1.756.454 para membros do Conselho e R\$ R\$ 3.644.971 para os membros da Diretoria).

22. Relação dos tributos objeto de renúncia fiscal: Em atendimento ao item 27, letra "c" da Interpretação Técnica Geral - ITG 2002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, a Entidade apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024: • IRPJ - Imposto de Renda da Pessoa Jurídica; • CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido; • Cofins - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social; • INSS - Contribuição Previdenciária Cota Patronal; • PIS - Programa de Integração Social (sobre folha de pagamento); • ISSQN - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza.

23. Gratuidades concedidas: A Entidade prestou serviços de saúde em hospitais, ambulatórios e outros equipamentos de saúde por meio de suas filiais constituídas para tal finalidade, sendo o seu percentual SUS

Para fins de divulgação, conforme requerido pelas normas contábeis aplicáveis a entidades sem finalidade de lucros, a Administração apresenta a estimativa das contribuições sociais que deixaram de ser recolhidas nos exercícios findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024: Demonstrativo do Benefício Fiscal Usufruído - INSS - Contribuições Sociais Previdenciárias Patronais e PIS - Programa de Integração Social - Exercícios 2025 e 2024.

Demonstrativo - Benefício	2025		2024			
fiscal usufruído	Base de cálculo (R\$)	Aliquota (%)	Valor estimado (R\$)	Base de cálculo (R\$)	Aliquota (%)	Valor estimado (R\$)
INSS - Patronal	916.930.210	20%	183.386.042	867.060.998	20%	173.412.200
RAT/SAT (grau médio/grave)	916.930.210	1% a 3,41%	22.783.256	867.060.998	1% a 3,41%	21.740.296
Terceiros (Sistema S, INCRÁ, Salário Educação)	916.930.210	5,80%	53.181.952	867.060.998	5,80%	50.289.538
Total estimado do benefício fiscal usufruído do INSS			259.351.250			245.442.034
PIS - Programa de Integração Social	916.930.210	1%	9.169.302	867.060.998	1%	8.670.610
Total estimado do benefício fiscal usufruído do INSS e PIS Folha de Pagamento			268.520.552			254.112.644

26. Atendimento SUS - Sistema Único de Saúde: A Entidade prestou serviços de saúde em hospitais, ambulatórios e outros equipamentos de saúde por meio de suas filiais constituídas para tal finalidade, sendo o seu percentual SUS composto por: internações, atendimentos ambulatoriais e ações prioritárias de saúde. Com observância do limite mínimo de atendimento ao SUS em 60%, fixado pelo art. 9º, inciso II, da Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021 e regulamentada pelo Decreto nº 11.791, de 21 de novembro 2023. O número total de atendimentos no exercício está assim representado:

Dados	2025		2024	
Internações	Quantidade	%	Quantidade	%
Internações hospitalares (1)	1.129.651	100,0%	1.110.178	100,0%
Internações hospitalares - SUS	1.129.651	100,0%	1.110.178	100,0%
Internações hospitalares - Não SUS	-	-	-	-
Atendimentos ambulatoriais (2)	6.770.711	100,0%	7.031.807	100,0%
Atendimentos ambulatoriais - SUS	6.212.506	91,8%	6.544.994	93,1%
Atendimentos ambulatoriais - Não SUS	558.205	8,2%	486.813	6,9%

(1) Hospitalares; e
(2) Ambulatórios Seconci/Unidades Municipais/Ames/Sedi II/Lucy Montoro. O percentual conclusivo obtido no atendimento ao SUS no exercício de 2025 foi de 100% internações hospitalares e 91,8% atendimentos ambulatoriais, atendimentos superiores ao requerido mínimo de 60% conforme estabelecido pela legislação.

27. Avals, fianças e garantias: A Entidade não prestou garantias ou participou de quaisquer transações como interveniente garantidora durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

28. Partes relacionadas: Em conformidade com os pronunciamentos contábeis vigentes, informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, a entidade não realizou transações com partes relacionadas. Adicionalmente, não há membros da administração ou qualquer outra pessoa física ou jurídica que exerça influência significativa sobre as decisões da entidade que configurem parte relacionada para fins de divulgação contábil, conforme estabelecido pelo Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas.

29. Seguros: A Entidade mantém, em 31 de dezembro de 2025, os seguintes contratos de seguros a valores considerados compatíveis, pela Administração, com os riscos envolvidos: **Riscos Nomeados:** Cobertura dos prédios, maquinário, equipamentos, móveis e utensílios e estoques contra: roubo e furto qualificado, quedas de raio, danos elétricos, incêndio, explosão, vendaval, granizo, impacto de veículo, desmoronamento total ou parcial, responsabilidade civil operações, perda de aluguel, vazamento de tanques e tubulações, equipamentos estacionários e arrendados e lucros

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

A Diretoria do Serviço Social da Construção Civil do Estado de São Paulo - SECONCI-SP, São Paulo, SP

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis do Serviço Social da Construção Civil do Estado de São Paulo - Seconci-SP, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis. Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Serviço Social da Construção Civil do Estado de São Paulo - Seconci-SP, (Entidade), em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício social findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para as entidades sem fins lucrativos (ITG 2002 (R1)).

Base para Opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase: Saldos indenizatórios de gastos a receber: De acordo com a Nota Explicativa nº 04 (a), os Termos de Convênio nº 002/2012, do Hospital Ignácio de Prouença de Gouveia, e nº 001/2015, do Hospital Municipal Dr. Benedito Montenegro, foram encerrados no final de abril de 2023. Para

evitar a interrupção dos serviços, houve uma prorrogação entre maio e julho de 2023. Em 1º de agosto de 2023, foi firmado o Termo de Colaboração nº 001/2023, em substituição aos convênios anteriores. Para cobrir os gastos realizados e pagos durante o período entre o encerramento dos convênios e a celebração do novo termo, foram apurados montantes de R\$ 7.739.729, referentes ao Hospital Ignácio de Prouença de Gouveia, e de R\$ 12.171.475, referentes ao Hospital Municipal Dr. Benedito Montenegro. Esses valores foram encaminhados ao Departamento de Prestação de Contas da Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo, por meio do Ofício nº 205/2023, para recebimento na forma de verba indenizatória. A administração está acompanhando cuidadosamente o trâmite e aguarda a análise e o eventual recebimento dessa verba indenizatória. Nossa opinião não contém ressalva em virtude desse assunto.

Outros assuntos: Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior: Os valores correspondentes ao exercício de 31 de dezembro de 2024, estão sendo apresentados para fins de comparação e foram por nós auditados, conforme relatório de auditoria emitido em 27 de junho de 2025, sem modificação e com parágrafo de ênfase sobre o mesmo assunto.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis: A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidades de lucros (ITG 2002 (R1)) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações,

composto por: internações, atendimentos ambulatoriais e ações prioritárias de saúde. A atividade da Entidade está relacionada a operacionalização dos Contratos de Gestão, Convênio e Termo de Colaboração que visam à gestão e à operacionalização das atividades dos serviços da Organização Social de Saúde (OSS). Com observância do limite mínimo de atendimento ao SUS em 60%, em conformidade com art. 9º, da Lei Complementar nº 187, de 16 de novembro de 2021.

24. Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS: Processo Administrativo SEI nº 25000.193406/2023-52, que trata de requerimento de certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS, protocolado no Ministério da Saúde - MS, em 28/12/2023, foi deferido conforme Portaria SAES/MS nº 3.700, de 16/01/2026, publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 26/01/2026. Portaria SAES/MS - Ministério da Saúde nº 3.700, de 16 de janeiro de 2026. Defere a Renovação do CEBAS do Seconci-SP. O secretário de atenção especializado à saúde, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 11.798, de 28 de novembro de 2023. Art. 1º - Fica deferida a renovação do certificado de entidade beneficente de assistência social (CEBAS), em razão da comprovação da prestação anual de serviços SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta) em conformidade com artigo 9º da Lei Complementar nº 187/2021 e seus regulamentos, nos termos do Parecer Técnico nº 22/2026 - CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do processo nº 2500.193406/2023-52. A renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2026.

25. Benefícios fiscais - CEBAS: A Entidade é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), na área da Saúde, concedido pelo Ministério da Saúde, conforme Portaria SAES/MS nº 3.700, de 16/01/2026, publicado no Diário Oficial da União (DOU) em 26/01/2026 com validade de 1º de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2026. Nos termos do art. 195, §7º da Constituição Federal e o art. 9º da Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, a Entidade usufrui da imunidade das contribuições sociais incidentes sobre a folha de pagamento.

Responsabilidade Civil Profissional: Danos materiais e morais nos hospitais e ambulatórios, através dos seus médicos, dentistas, enfermeiros, auxiliares e técnicos de enfermagem e demais empregados no exercício da sua profissão estendendo aos serviços terceirizados; **Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores:** Responsabilidade civil de administradores e diretores, extensão automática para cobertura de novas subsidiárias, adquiridas ou constituídas durante a vigência da apólice, gerenciamento de crises, despesas de publicidade a danos a reputação, reclamações resultantes de erros e omissões na prestação de serviços profissionais da Entidade, danos ambientais, reclamações feitas pelo governo e demais órgãos regulamentadores, questões tributárias; **Responsabilidade Civil Geral:** Tem por objetivo garantir o pagamento de indenizações ao segurado ou diretamente a terceiros, das quantias pelas quais o segurado vier a ser responsável civilmente em ação de responsabilidade contra a entidade; **Veículos:** Cobertura para roubo e furto qualificado, avarias, perdas e danos materiais decorrentes de acidentes; e **Responsabilidade Civil Cibernética:** Proteger contra os riscos e danos decorrentes de ameaças e ataques digitais, cobrindo danos financeiros e os custos relacionados à violação de dados, ataques de *hackers*, perda de informações sensíveis, e interrupção de sistemas, entre outros.

30. Eventos subsequentes que não originaram ajustes: A Administração identificou os seguintes eventos relevantes ocorridos após 31 de dezembro de 2025 que não evidenciam condições existentes na data-base: **1. Prorrogação do Contrato de Gestão nº R020/2016 - Penha:** Em 20 de fevereiro de 2026, foi formalizada a prorrogação do Contrato de Gestão junto ao ente municipal, no montante global estimado de R\$ 175.551.071,64, com vigência até 31/08/2026. A referida prorrogação produzirá efeitos financeiros a partir do exercício subsequente, não havendo impacto nas demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2025. **2. Prorrogação do Contrato de Gestão do SEDI - Serviço Estadual de Diagnóstico por Imagem II:** Em 27 de fevereiro de 2026, foi publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, a prorrogação do Contrato de Gestão junto ao ente estadual, no montante global estimado de R\$ 101.276.920,00, com vigência até 28/02/2027. A referida prorrogação produzirá efeitos financeiros a partir do exercício subsequente, não havendo impacto nas demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2025. **Declaração da Administração:** A Administração declara ter avaliado todos os eventos subsequentes ocorridos até a data de autorização para emissão das demonstrações contábeis e não identificou outros fatos relevantes que demandem ajustes ou divulgações adicionais, além daqueles já divulgados.

Diretoria
Maristela Alves Lima Honda
Conselheira Presidente

Paulo Roberto Simon Carrion - Contador CRC 1SP155005/O-4

ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos o julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e

...continuação

Serviço Social da Construção Civil do Estado de São Paulo - SECONCI-SP

CNPJ nº 61.687.356/0001-30

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequa-

das. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas

de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de março de 2026.

COKINOS & ASSOCIADOS
Auditores Independentes S/S
CRC-2SP 15.753/O-0
Registro CVM nº 702-1

Demétrio Cokinos
CT - Contador
CRC-1SP120410/O-2
Auditor CNAI nº 385